

Estimativa da Carga Tributária Bruta em 2018 por espécie tributária e esfera de governo

Sumário Executivo

Em 2018 a carga tributária bruta do governo geral (governo central, estados e municípios) alcançou 33,58% do PIB, apresentando aumento de 0,97 pontos percentuais do PIB em relação a 2017, resultado determinado pelo crescimento de 0,53 p.p. do PIB no governo central, 0,23 p.p. nos estados e 0,20 p.p. do PIB nos municípios. Destaca-se que a estimativa referente ao ano de 2018 corresponde ao maior valor da série com início em 2010.

É o que mostra a estimativa da carga tributária bruta elaborada pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) ¹ que segue o padrão do Manual de Estatísticas de Finanças Públicas de 2014 do FMI. Destaca-se que a Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) ² é a área responsável pela publicação do dado oficial da carga tributária.

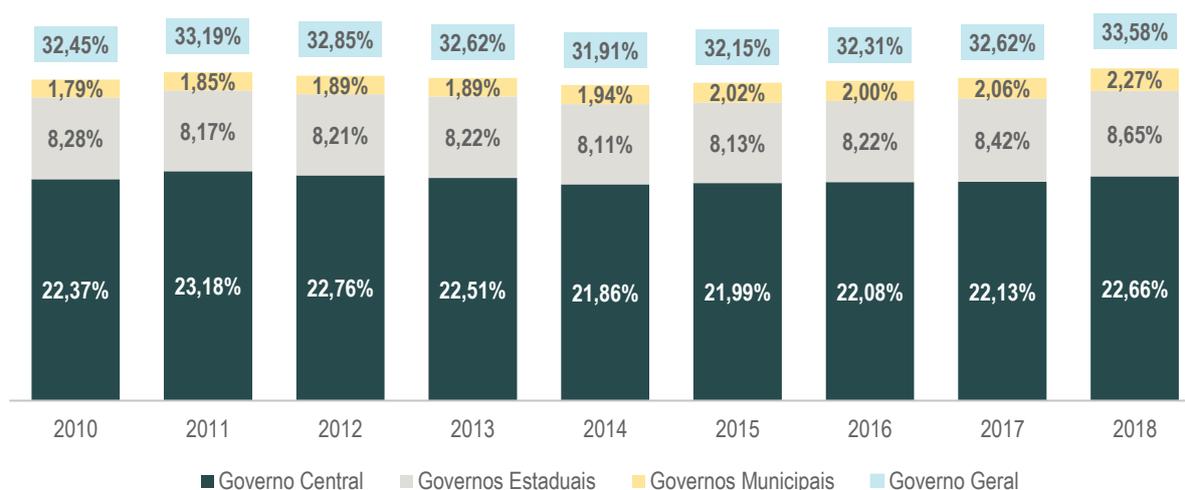
Tabela 1. Carga Tributária Bruta por esfera de governo - Brasil - Anual - 2017 e 2018

	R\$ Milhões		% PIB		Variação (R\$ Milhões)	Variação (p.p. PIB)
	2017	2018	2017	2018		
Governo Central	1.450.613	1.547.471	22,13%	22,66%	96.858	0,53
Governos Estaduais	551.713	590.680	8,42%	8,65%	38.967	0,23
Governos Municipais	135.307	154.664	2,06%	2,27%	19.356	0,20
Governo Geral	2.137.634	2.292.815	32,62%	33,58%	155.181	0,97

Fonte: STN. Nota1: Informações metodológicas estão disponíveis a partir da página 4. Nota2: Dados preliminares.

No que tange à arrecadação federal, os principais tributos que explicam o comportamento da CTB são a Pis/Cofins, que apresentou acréscimo de 0,23 pontos percentuais do PIB, o IRRF que aumentou 0,13 p.p. do PIB, o Imposto sobre a Importação com aumento de 0,10 p.p. do PIB e o IPI que, por sua vez, aumentou 0,07 p.p. do PIB. Na esfera estadual o desempenho foi determinado pelo aumento das receitas com o ICMS (0,24 p.p. do PIB) e nos municípios destaca-se o crescimento na arrecadação do ISS (0,11 p.p. do PIB) e do IPTU (0,08 p.p. do PIB).

Gráfico 1. Carga Tributária Bruta por esfera de governo - Brasil - Anual - % do PIB - 2010 a 2018



Fonte: STN

¹ A estimativa da carga tributária bruta foi elaborada para atendimento à solicitação da CGU para compor a Prestação de Contas da Presidenta da República. Para maiores informações ver Nota Metodológica disponível na página 4.

² A publicação Carga Tributária no Brasil pode ser acessada no site eletrônico localizado no endereço <http://idg.receita.fazenda.gov.br/dados/receitadata/estudos-e-tributarios-e-aduaneiros/estudos-e-estatisticas/carga-tributaria-no-brasil/carga-tributaria-no-brasil-cap>

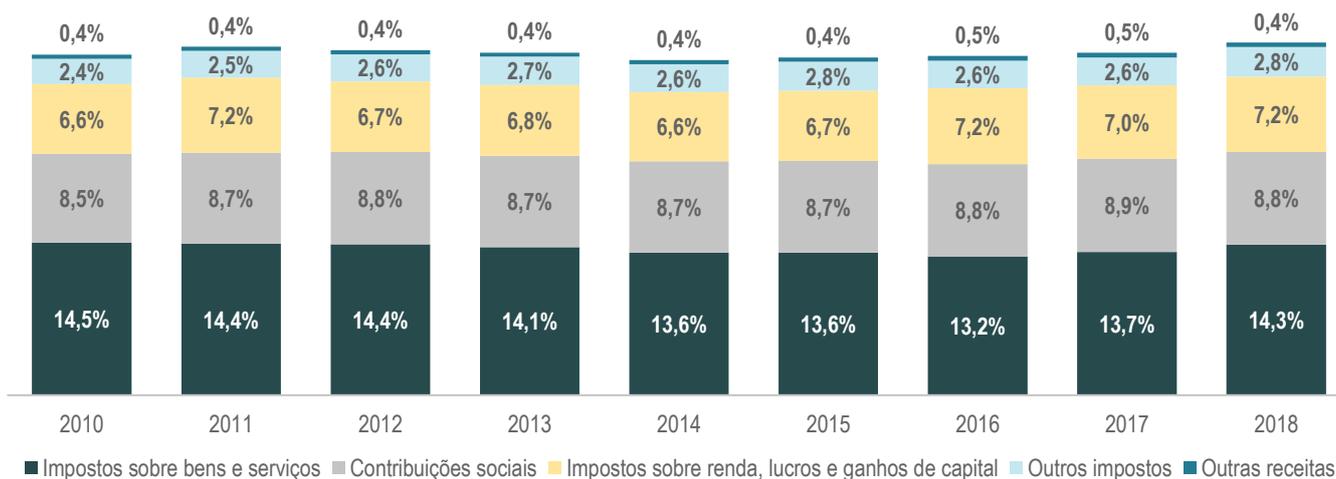
Tabela 2. Carga Tributária Bruta de acordo com a classificação econômica - Brasil - Anual - 2017 e 2018

Carga Tributária Bruta Total	R\$ Milhões		% do PIB	
	2017	2018	2017	2018
Governo Geral	2.137.634	2.292.815	32,62%	33,58%
Impostos	1.526.054	1.662.443	23,28%	24,35%
Impostos sobre renda, lucros e ganhos de capital	458.629	489.863	7,00%	7,17%
Impostos sobre a folha de pagamento e a mão de obra	40.478	43.606	0,62%	0,64%
Impostos sobre a propriedade	98.628	109.788	1,50%	1,61%
Impostos sobre bens e serviços	894.711	978.310	13,65%	14,33%
Impostos sobre o comércio e transações internacionais	32.350	40.704	0,49%	0,60%
Outros impostos	1.258	171	0,02%	0,00%
Contribuições sociais	582.049	602.782	8,88%	8,83%
Contribuições para o RGPS	355.518	373.838	5,42%	5,48%
Contribuições para o RPPS	75.929	80.962	1,16%	1,19%
Contribuições para o FGTS	128.732	124.428	1,96%	1,82%
Contribuição para o PASEP	11.589	12.272	0,18%	0,18%
Outras contribuições sociais	10.281	11.282	0,16%	0,17%
Outras receitas	29.531	27.590	0,45%	0,40%
Taxas administrativas	29.407	27.475	0,45%	0,40%
Outros	124	116	0,00%	0,00%

Fonte: STN

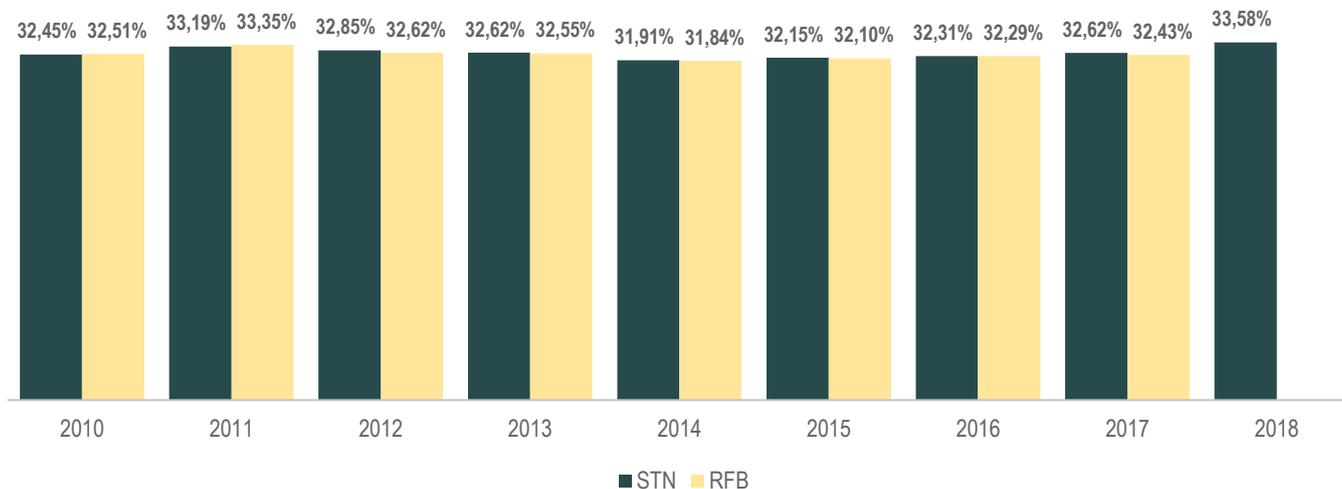
Nota1: Informações metodológicas estão disponíveis a partir da página 4. Nota2: Dados preliminares.

Gráfico 2. Estrutura da Carga Tributária Bruta – Governo Geral - Brasil - Anual - % do PIB - 2010 a 2018



Fonte: STN

Gráfico 3. Comparativo da Carga Tributária Bruta – Governo Geral - Brasil - Anual - % do PIB - 2010 a 2018



Fonte: STN

Tabela 3. Carga Tributária Bruta por esfera de governo e espécie tributária - Brasil - Anual - 2017 e 2018

Carga Tributária Bruta Total		R\$ Milhões		% PIB	
		2017	2018	2017	2018
Governo Geral		2.137.634	2.292.815	32,62%	33,58%
Governo Central¹		1.450.613	1.547.471	22,13%	22,66%
1	Impostos	906.751	986.562	13,84%	14,45%
	<i>Impostos sobre renda, lucros e ganhos de capital</i>	458.629	489.863	7,00%	7,17%
	Imposto sobre a Renda da Pessoa Física - IRPF	30.504	32.513	0,47%	0,48%
	Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	113.815	119.063	1,74%	1,74%
	Imposto sobre a Renda Retido na Fonte - IRRF ²	243.612	262.536	3,72%	3,85%
	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	70.686	75.751	1,08%	1,11%
	Outros	12	0	0,00%	0,00%
	<i>Impostos sobre a folha de pagamento e a mão de obra</i>	40.478	43.606	0,62%	0,64%
	Contribuição do Salário Educação	20.010	21.979	0,31%	0,32%
	Contribuições para o Sistema S ³	19.075	19.820	0,29%	0,29%
	Outros	1.392	1.807	0,02%	0,03%
	<i>Impostos sobre a propriedade</i>	1.273	1.419	0,02%	0,02%
	Imposto Territorial Rural - ITR	1.273	1.419	0,02%	0,02%
	Outros	40	26	0,00%	0,00%
	<i>Impostos sobre bens e serviços</i>	374.021	410.969	5,71%	6,02%
	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins	221.670	244.287	3,38%	3,58%
	Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI	47.041	53.985	0,72%	0,79%
	Imposto sobre Operações Financeiras - IOF	34.660	36.615	0,53%	0,54%
	Contribuição para o PIS	47.036	51.678	0,72%	0,76%
	Cide	8.833	8.025	0,13%	0,12%
	Contribuição Sobre a Receita de Concursos de Prognósticos	4.573	4.568	0,07%	0,07%
	DPVAT	3.302	2.312	0,05%	0,03%
	Outros	6.905	9.498	0,11%	0,14%
	<i>Impostos sobre o comércio e transações internacionais</i>	32.350	40.704	0,49%	0,60%
	Imposto sobre a Importação	32.284	40.575	0,49%	0,59%
	Imposto sobre a Exportação	66	129	0,00%	0,00%
2	Contribuições sociais	536.430	552.000	8,18%	8,08%
	Contribuições para o RGPS	355.518	373.838	5,42%	5,48%
	Contribuições para o RPPS	40.393	41.200	0,62%	0,60%
	Contribuições para o FGTS ⁴	128.732	124.428	1,96%	1,82%
	Contribuição para o PASEP	11.589	12.272	0,18%	0,18%
	Outras contribuições sociais	199	262	0,00%	0,00%
3	Outras receitas	7.432	8.909	0,11%	0,13%
	Taxas administrativas	7.308	8.794	0,11%	0,13%
	Outros	124	116	0,00%	0,00%
Governos Estaduais⁵		551.713	590.680	8,42%	8,65%
1	Impostos	502.339	539.815	7,66%	7,91%
	<i>Impostos sobre a propriedade</i>	48.719	50.958	0,74%	0,75%
	Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	1.167	1.301	0,02%	0,02%
	Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doação - ITCD	7.176	8.162	0,11%	0,12%
	Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA	40.376	41.495	0,62%	0,61%
	<i>Impostos sobre bens e serviços</i>	453.464	488.686	6,92%	7,16%
	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	445.555	480.524	6,80%	7,04%
	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	1.670	1.708	0,03%	0,03%
	Outros	6.239	6.454	0,10%	0,09%
	<i>Outros impostos</i>	156	171	0,00%	0,00%
2	Contribuições sociais	32.707	35.021	0,50%	0,51%
	Contribuições para o RPPS	23.493	24.942	0,36%	0,37%
	Outras contribuições sociais	9.213	10.079	0,14%	0,15%
3	Outras receitas	16.668	15.845	0,25%	0,23%
Governos Municipais⁶		135.307	154.664	2,06%	2,27%
1	Impostos	116.965	136.066	1,78%	1,99%
	<i>Impostos sobre a propriedade</i>	48.636	57.411	0,74%	0,84%
	Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	38.750	45.970	0,59%	0,67%
	Imposto de Transmissão de Bens Imóveis - ITBI	9.886	11.442	0,15%	0,17%
	<i>Impostos sobre bens e serviços</i>	67.227	78.655	1,03%	1,15%
	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	56.378	65.916	0,86%	0,97%
	Outros	10.849	12.739	0,17%	0,19%
	<i>Outros impostos</i>	1.102	0	0,02%	0,00%
2	Contribuições sociais	12.912	15.761	0,20%	0,23%
	Contribuições para o RPPS	12.043	14.821	0,18%	0,22%
	Outras contribuições sociais	869	941	0,01%	0,01%
3	Outras receitas	5.431	2.836	0,08%	0,04%
PIB		6.553.843	6.827.586		

Fonte: STN

Obs.1: Dados sujeitos a alteração.

1. Fonte: SIAFI. Composto por todas as unidades que integram o Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, exceto o Banco Central do Brasil.

2. Inclui a receita de Estados e Municípios proveniente da arrecadação do Imposto sobre a Renda incidente na fonte sobre rendimentos por eles pagos a seus servidores e empregados.

3. Fonte: RFB

4. Fonte: demonstrações contábeis do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

5. Fonte: Demonstrativo de Contas Anuais e Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária do Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro - Siconfi. Complementadas com consultas a portais de transparência de estados para obtenção de informações não disponíveis no Siconfi e garantia de consistência das estatísticas. Os dados que não puderam ser obtidos pelas fontes mencionadas foram projetados.

6. Fonte: Demonstrativo de Contas Anuais e Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária do Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro - Siconfi. Destaca-se que foram utilizadas técnicas de imputação dos valores do FINBRA, de modo a ampliar a cobertura de municípios, bem como sua complementação com informações provenientes de outras fontes de dados.

Notas metodológicas

Apresentação

Este relatório foi elaborado para atendimento à Norma de Execução nº 4, do Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União, de 7 de dezembro de 2018, solicitando informações à Secretaria do Tesouro Nacional relativas à Prestação de Contas da Presidenta da República, especificamente quanto ao item “n” do Anexo IV, *in verbis*: “n) Carga Tributária: Estimativa da Carga tributária Nacional em 2018 por espécie tributária e esfera governamental”.

A Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) é a área responsável pela publicação, em formato anual, da carga tributária na abrangência de Governo Geral, conforme definido na “Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério da Fazenda”, estabelecida no Decreto n.º 9.679, de 2 de janeiro de 2019, Subseção II, art. 59, que trata das competências do Secretário Especial da Receita Federal do Brasil, em especial os incisos IX e XIII e parágrafo único::

“IX - realizar a previsão, o acompanhamento, a análise e o controle das receitas sob sua administração, além de coordenar e consolidar as previsões das demais receitas federais, para subsidiar a elaboração da proposta orçamentária da União;

XIII - elaborar estudos e estatísticas econômico-tributários para subsidiar a formulação das políticas tributária e, em relação ao comércio exterior, estabelecer política de informações econômico-fiscais e implementar sistemática de coleta, tratamento e divulgação dessas informações;

“Parágrafo único. No que se refere ao disposto no inciso XIII do caput, a Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil exercerá as suas competências em estreita colaboração com a Secretaria de Política Econômica e com a Secretaria de Avaliação de Políticas Públicas, Planejamento, Energia e Loteria, da Secretaria Especial de Fazenda.” (grifo nosso)

A publicação Carga Tributária no Brasil pode ser acessada no sítio eletrônico localizado no endereço <http://idg.receita.fazenda.gov.br/dados/receitadata/estudos-e-tributarios-e-aduaneiros/estudos-e-estatisticas/carga-tributaria-no-brasil/carga-tributaria-no-brasil-capa>. Dessa forma, é importante destacar que o trabalho realizado pela STN não se trata de informação oficial da carga tributária bruta, mas de estimativa realizada com base em técnicas estatísticas, com o uso das bases de dados disponíveis para a produção de estatísticas de finanças públicas.

Estatísticas de finanças públicas (EFP) é um conjunto de conceitos e princípios desenvolvidos pelo FMI com o objetivo de proporcionar um arcabouço conceitual que facilite a análise da política fiscal e possibilite quantificar as ações do governo. As EFP são uma representação econômica da atividade financeira do governo.

Em virtude de questões metodológicas abordadas ao final deste documento, as informações aqui apresentadas correspondem a uma estimativa das finanças do governo geral para o período em análise.

1. Abrangência

Nesta publicação é considerado o setor institucional governo geral que compreende todas as unidades de governo (central, estaduais e municipais) e os fundos de previdência social controlados por essas unidades.

Governo central

O governo central é composto por todas as unidades que integram o Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, exceto o Banco Central do Brasil que, dadas suas características, compõe o subsetor de corporações públicas financeiras. Também são considerados dentro do governo central os dados do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), fundo de natureza privada e gestão pública cujos recursos são aplicados nas áreas de habitação, saneamento e infraestrutura urbana cuja principal fonte de receita é a arrecadação compulsória de contribuição a cargo dos empregadores, bem como os dados das entidades do Sistema S (SESI, SENAI, SEBRAE, SENAC, etc.).

Governos subnacionais (estados e municípios)

A abrangência dos governos subnacionais obedece a mesma composição estabelecida para o governo central. Merece destaque a questão de Fundos de Previdência Social que conforme critério definido para o subsetor governo central, também são agregados aos respectivos entes.

2. Fontes e metodologia

Bases de dados

A fonte primária para a obtenção dos dados do governo central é o Sistema de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI. Foram incluídos como partes integrantes do governo central as contas do FGTS, cuja base de informação são os levantamentos especiais de demonstrativos contábeis do FGTS. As informações do Sistema S foram obtidas da base de Repasse da Arrecadação das Outras Entidades e Fundos (Terceiros) fornecida pela Receita Federal.

Já as fontes primárias para obtenção de dados dos estados, dos municípios e do Distrito Federal são a base de contas anuais e os relatórios bimestrais do FINBRA, do Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro - Siconfi.

Para a construção da base de dados de estados e municípios com menor defasagem (cerca de 90 dias após encerramento do exercício de referência) foi realizado um acordo de cooperação com o IPEA para o desenvolvimento da metodologia adotada que tem como suas principais características o uso de técnicas estatísticas que estimam os dados mais recentes enquanto os dados anuais ainda não são publicados.

A metodologia de estimação parte de Orair et al. (2013)³, estando referenciada em padrões internacionais, especificamente ao Manual de Estatísticas de Finanças Públicas 2014, publicado pelo Fundo Monetário Internacional – FMI, que está harmonizado ao Sistema de Contas Nacionais de 2008 e apresenta elevada aderência às principais apurações realizadas por outros órgãos públicos.

Importante destacar que a base de dados utilizada não cobre a totalidade dos municípios do País, uma vez que nem todos os municípios apresentam suas contas ou muitas vezes as apresentam somente aos Tribunais de Contas subnacionais. Além disto, trata-se de uma base informativa e, portanto, sujeita a várias inconsistências como, por exemplo, o grande número de declarações nulas. Por estes motivos, foram utilizadas técnicas de imputação dos valores do FINBRA, de modo a ampliar a cobertura de municípios, bem como sua complementação com informações provenientes de outras fontes, tais como portais de transparência municipais.

A mesma lógica de ajuste acima descrita foi adotada na fonte primária de estados, complementadas com consultas a portais de transparência para obtenção de informações não disponíveis no Siconfi e garantia de consistência das estatísticas. Os dados que não puderam ser obtidos pelas fontes mencionadas foram projetados.

Um ajuste adicional realizado foi o acréscimo nas receitas de contribuições sociais dos valores líquidos de contribuições patronais para financiamento do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS.

Ainda cabe mencionar que os dados de estados e municípios para o exercício de 2018 utilizados na projeção contemporânea foram aqueles disponíveis até 11 de março de 2019.

Aspectos metodológicos

Para o escopo desse trabalho, a estimativa da carga tributária corresponde à razão entre o total dos tributos arrecadados pelas três esferas de governo e o Produto Interno Bruto (PIB). O PIB utilizado nesse trabalho corresponde ao indicador oficial publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas – IBGE em 01/03/2019.

³ ORAIR, R.O.; et al. Carga tributária brasileira: estimação e análise dos determinantes da evolução recente-2002-2012. Texto para Discussão, n. 1.875, Brasília: Ipea, 2013.

A estimativa da Carga Tributária Bruta passou a integrar a Prestação de Contas da Presidência da República (PCPR) de 2014, referente ao ano de 2013. Cabe ressaltar que até 2012 o TCU era responsável pela estimativa da Carga Tributária Bruta na PCPR, cálculo este realizado pelo IPEA a pedido do TCU na PCPR 2013.

4. Revisões

As revisões são realizadas a cada trimestre, conforme necessário, como resultado de atualização de base de dados, correções e tratamentos metodológicos.

5. Fontes externas e publicações relacionadas

Base de dados: <https://www.tesouro.fazenda.gov.br/-/estatisticas-de-financas-publicas>

Publicação "Estatísticas de Finanças Públicas e Conta Intermediária de Governo": <https://www.tesouro.fazenda.gov.br/-/estatisticas-de-financas-publicas>

Manual de Estatísticas Fiscais: https://www.tesouro.fazenda.gov.br/documents/10180/476865/PFI_Manual_Estatisticas_Fiscais/945c2ec4-a584-4823-9375-ffb22c070f78

Government Finance Statistics Manual 2014: <http://www.imf.org/external/Pubs/FT/GFS/Manual/2014/gfsfinal.pdf>

6. Institucional

Mansueto Facundo de Almeida Jr.

Secretário do Tesouro Nacional

Pedro Jucá Maciel

Subsecretário de Planejamento Estratégico da Política Fiscal

Rafael Cavalcanti de Araújo

Coordenador Geral de Estudos Econômico-Fiscais

Alex Pereira Benício

Coordenador de Estudos Econômico-Fiscais

Equipe Técnica

Fábio Felipe Dáquilla Prates

Fernando Cardoso Ferraz

Gabriel Gdalevici Junqueira

Karla de Lima Rocha

Vitor Henrique Barbosa Fabel

8. Contato

Coordenação-Geral de Estudos Econômico-Fiscais – CESEF

Secretaria do Tesouro Nacional - Ministério da Fazenda

Esplanada dos Ministérios, bloco P, anexo, 1º andar, ala B, sala 134

70048-902 - Brasília-DF

Tel: (61) 3412-2203

Fax: (61) 3412-1700

Correio Eletrônico: cesef.df.stn@fazenda.gov.br